

LEI MUNICIPAL Nº 1238, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025

Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ - portaria nº 470/2024, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino para cumprimento das Leis Federais nº. 10.639/03 e 11.645/08 no município de João Alfredo - PE e dá outras providências.

De autoria do vereador: David Prazeres dos Santos

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO ALFREDO/PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU, e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída a Política de Educação Antirracista e de Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola na Rede Municipal de Ensino de João Alfredo, em cumprimento ao Estatuto da Igualdade Racial do estado de Pernambuco - Lei Federal nº 18.202/2023 e às Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, a Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (EEQ), na Educação Básica; a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana; objetivando promover a justiça social, a equidade racial e o letramento racial, além de combater o racismo e qualquer forma de injúria racial nos ambientes de ensino das escolas públicas e privadas no desenvolvimento de crianças negras, quilombolas, indígenas e imigrantes – a partir da primeira infância por meio de ações afirmativas e formação continuada para os profissionais da educação.

Art. 2º. São objetivos desta Política:

- I- Garantir o desenvolvimento saudável, inclusivo e seguro de crianças negras, quilombolas, indígenas e imigrantes;
- II- Promover o Letramento Racial e Educação Antirracista desde a primeira infância ao Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal;
- III- Assegurar que as ações antirracistas sejam incorporadas em todos os serviços básicos de Educação, Segurança, Saúde, Assistência Social e voltados para crianças negras, quilombolas, indígenas e imigrantes desde a primeira infância;

- IV- Promover a equidade racial por meio da análise do desempenho escolar, permanência, manutenção do fluxo escolar e acompanhamento das aprendizagens de crianças negras, quilombolas, indígenas e imigrantes - desde a primeira infância ao Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal;
- V- Consolidar a modalidade de Educação Escolar Quilombola;
- VI- Implementar protocolos de prevenção e resposta ao racismo nas instituições de ensino pública e privada.

Parágrafo Único. Incluir no Currículo Oficial da Rede de Ensino do Município de João Alfredo a obrigatoriedade das temáticas "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena dos Povos Originários e Territórios Quilombolas de João Alfredo.

Art. 3º. Constituem instrumentos da Política Pública de Educação Antirracista e Relações Étnico-Raciais:

- I. Programa de Formação Continuada para profissionais da Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) para gestão e docência em ERER - Educação para as Relações Étnico-Raciais e EEQ - Educação Escolar Quilombola;
- II. Produção de materiais informativos, didáticos e indutores de práticas antirracistas para profissionais da educação e famílias;
- III. Criação de equipe de Estudo e Formação Docente para a Educação das Relações Étnico-Raciais de João Alfredo;
- IV. Caravana de educação antirracista e relações étnico-raciais, quando necessário em todas as escolas públicas e privadas, visando a conscientização e a importância de combater comportamentos de racismo e de discriminação de injúria racial.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação, Tecnologia e Inovação destinará recursos para execução das metas e estratégias relativas à política antirracista desta Lei.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Educação, Tecnologia e Inovação deve promover e incentivar a inclusão da história e cultura africanas no planejamento pedagógico e no Projeto Político Pedagógico das escolas municipais, destacando o papel da população negra, quilombola e indígena na formação da sociedade brasileira. Além disso, é fundamental combater a naturalização do uso de expressões racistas, prevenir comportamentos inadequados e promover a conscientização sobre a importância de combater a discriminação racial nos ambientes de ensino.

JOSE ANTONIO
MARTINS DA
SILVA:19258429400
Assinado de forma digital por
JOSE ANTONIO MARTINS DA
SILVA:19258429400
Data: 2025.11.17 15:12:47
vjuv

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de João Alfredo/PE, 17 de novembro de 2025.

JOSE ANTONIO MARTINS DA SILVA:19258429400

Assinado de forma digital por JOSE ANTONIO MARTINS DA SILVA:19258429400
Dados: 2025.11.17 13:12:03-00'

José Antonio Martins da Silva
Prefeito

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

DIRETORIA DE ENSINO

**PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO
AO RACISMO E À INJÚRIA RACIAL
DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
DE JOÃO ALFREDO - PE**

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



PNEERQ

Política Nacional de Equidade,
Educação para as Relações Étnico-Raciais
e Educação Escolar Quilombola

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E À INJÚRIA RACIAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO ALFREDO - PE

1. INTRODUÇÃO

A Secretaria de Educação, Tecnologia e Inovação (SETI), por meio da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) e da Diretoria de Ensino, institui o PROTOCOLO DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO E À INJÚRIA RACIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO, visando o fortalecimento de uma Educação Antirracista e de Equidade, como prática pedagógica importante no combate e enfrentamento ao racismo nas escolas municipais. O mesmo, prevê qualquer forma de intolerância e discriminação, baseada na cor/raça, etnia com efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e princípios de igualdade e de direitos humanos, que refletem nas escolas e em outros espaços sociais.

Para a construção deste documento, contamos com a apreciação do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria de Assistência Social.

2. FUNDAMENTO LEGAL

Este protocolo foi elaborado considerando o que sugerem as Leis nº 11.645/2008, nº 10.639/2003, e a Lei nº 9.394/2006 – que torna obrigatório o ensino da História, Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares da Educação Básica nas escolas públicas e privadas; a Resolução CNE/CEB nº 08, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (EEQ) na Educação Básica; a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana; O Estatuto da Igualdade Racial Brasileiro - Lei nº 12.288/2010 e a Lei nº 18.202/2023, que institui o Estatuto da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco.

O Ambiente escolar é um espaço onde a pluralidade cultural e social é vista como um elemento enriquecedor que reconhece e valoriza a diversidade de ideias, experiências, culturas e identidade dos seus membros. Este, deve ser acolhedor - onde todos se sintam pertencentes, respeitados e valorizados, independentemente de raça, gênero, religião ou condição social; seguro - sem riscos físicos ou psicológicos, com prevenção contra violência, bullying e discriminação. Cabe a escola garantir um ambiente inclusivo, garantindo oportunidades iguais de aprendizagem e que favoreça o desenvolvimento integral dos estudantes.

Mesmo a escola sendo um ambiente de trocas, de experiências entre diferentes grupos sociais, de relações socioafetivas, de valorização da diversidade e bem-estar e de promoção ao respeito e à igualdade e em conformidade com as leis que garantem o direito

à educação, como: a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, ainda não conseguiu superar o racismo nas escolas e toda forma de discriminação étnico-racial e violências praticadas nos ambientes de ensino, que contribuem para o alto índice de evasão e reprovação de alunos negros, indígenas e quilombolas. *Eliane Cavalleiro (2001), observa que "a criança negra, quando sofre discriminação, carrega cicatrizes que afetam seu rendimento e sua autoestima."*

Por meio desse protocolo, Secretaria de Educação, Tecnologia e Informação, fortalece a rede para o enfrentamento do racismo e toda forma de discriminação - distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional, com a finalidade ou efeito de impedir/dificultar o reconhecimento e exercício, em bases de igualdade aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública" (*Artigo I da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*).

Em contrapartida, é crucial que a escola favoreça o processo de descolonização de mentes, pautada nos princípios antirracistas. Portanto, é preciso investir em formações de docentes, não apenas por uma questão de "boa prática", mas garantir um ambiente escolar justo, inclusivo e alinhado à legislação brasileira, cumprindo as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que determinam que o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena seja obrigatório. Isso exige que professores estejam preparados para trabalhar esses conteúdos de forma crítica e contextualizada (Nilma Lima).

Com professores preparados, o combate a práticas racistas no cotidiano escolar será garantido, pois o racismo nem sempre se manifesta de forma explícita. Ele pode aparecer em estereótipos, baixa expectativa sobre certos alunos ou na invisibilização de suas histórias; Kabengele Munanga (2005), lembra que o racismo brasileiro é sutil e, por isso, mais difícil de ser combatido. Sem formação, o professor pode reproduzi-lo sem perceber". A formação ajuda docentes a identificar e desconstruir práticas discriminatórias, mesmo quando não são explícitas.

Construção de currículo e metodologias inclusivas

Professores capacitados conseguem elaborar atividades, escolher materiais didáticos e criar debates que representem a diversidade racial do Brasil. *Nilma Lino Gomes* afirma: "Não basta inserir conteúdos; é preciso mudar as práticas, as metodologias e as posturas dos educadores" (*GOMES, 2012, p. 57*).

Promoção de um ambiente seguro e respeitoso

Quando docentes compreendem o impacto do racismo na autoestima e no rendimento escolar, conseguem agir de forma mais acolhedora e preventiva.

Formação continuada e não pontual

Não basta uma palestra isolada; a escola precisa investir em processos permanentes, com estudos de caso, trocas de experiências e acompanhamento das práticas. *Petronilha Gonçalves e Silva destaca*: "A formação de professores é condição para que se efetivem as diretrizes e para que a escola possa transformar relações de discriminação em relações de respeito e solidariedade.

3. DEFINIÇÕES

Racismo: Ato ou conduta discriminatória que inferioriza ou exclui pessoas com base em sua raça, cor, etnia ou origem.

Injúria racial: distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional, com a finalidade ou efeito de impedir/difícultar o reconhecimento e exercício, em bases de igualdade aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública.

TIPOS DE RACISMO

Racismo Primário: Não conta com justificativas, acontece de forma mais psicológica e emocional;

Racismo Cultural: Defende que uma cultura é superior a outra, podendo ser expresso por meio de crenças, músicas, religiões e idiomas;

Racismo Individual: Baseia-se em atitudes, interesses e pensamentos pessoais, incluindo estereótipos;

Racismo Institucional: Praticado por instituições, como no ambiente de trabalho, e comprovado por dados e estatísticas;

Racismo Estrutural: Racismo enraizado na sociedade, que pode ser visto como consequência do racismo institucional;

Racismo Recreativo: Utilização de piadas, estereótipos ou humor para ofender e diminuir pessoas racializadas;

Racismo Cultural: Defende que uma cultura é superior a outra, podendo ser expresso por meio de crenças, músicas, religiões e idiomas.

Racismo Religioso: A discriminação contra religiões de matriz africana e seus praticantes;

Racismo Sutil: Formas discretas e subjetivas de discriminação racial, como microagressões e estereótipos implícitos.

4. DIRETRIZES

Com a implementação da Lei 10.639/2003 houve um avanço na promoção da equidade étnico-racial nas escolas, fomentando práticas para uma educação antirracista e que trabalhe nos ambientes de ensino a autoidentificação e autodeclaração étnico-racial dos discentes.

Como primeira ação da escola, esta não deve naturalizar o racismo, visando a proteção e a garantia dos direitos dos alunos e de demais pessoas do ambiente escolar, uma vez que conflitos sociais também se manifestam nela, exigindo uma postura responsável e comprometida da comunidade escolar para prevenir e combater qualquer forma de violência. A implantação de um protocolo é crucial, reafirmando o compromisso do Governo Municipal de João Alfredo com a educação antirracista.

Destacamos a seguir as diretrizes que as escolas devem considerar na implantação deste protocolo:

- Instituição da Comissão de Mediação de Conflitos formada por diferentes representantes: famílias, professores, equipe gestora, estudantes, em especial os “estudantes protagonistas” ou convocação do Conselho Escolar. As decisões deverão ser encaminhadas a partir de uma escuta empática com bases nos referenciais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Regimento Escolar;
- Acompanhamento de denúncias e resolução de conflitos mediado pela gestão da escola, pela Comissão de Mediação ou Conselho Escolar;
- Acolhimento imediato e proteção do(os) aluno(os), bem como de outros membros da comunidade escolar envolvida(as) – (vítimas) em ato racista por meio de empatia e escuta qualificada, evitando estigmatização e orientando-os com base em estudos e reflexões sobre práticas éticas, inclusivas e antirracistas;
- Garantia de apoio psicossocial e pedagógico com encaminhamentos ao CREAS, CRAS ou psicólogo da rede, se for necessário;
- Reconhecimento e responsabilização pelo ato racista, preconceituoso e discriminatório, uma vez que é gerador de violência e sofrimento para as vítimas, assegurando-lhe o direito à escuta, orientando-o à reflexão e a retratação;
- Registro e coleta de dados de atos racistas e de injúria no sistema de ocorrência escolar com descrição minuciosa dos fatos, nomes dos envolvidos, data, local, encaminhamentos e medidas tomadas pela escola, devendo ser sigiloso e respeitar o direito à privacidade dos envolvidos;
- Aplicação de medidas educativas e disciplinares proporcionais e justas, considerando a gravidade do caso e os envolvidos, conforme o regimento da escola e o ECA e nas demais legislações nacionais de combate ao racismo e injúria racial.

5. AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO

Sugestões de ações pedagógicas para implantação e implementação deste protocolo que podem ser incorporadas ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola:

- Promoção de campanha de divulgação do Protocolo de Educação Antirracista da Rede Municipal de Ensino de João Alfredo à comunidade escolar;
- Realização de diálogo com professores, alunos e demais membros da comunidade escolar para leitura e estudo deste documento;

- Inclusão nos encontros de Família e Escola, que promovam o letramento racial por meio de reflexões e discussões a partir de casos de racismo dentro do ambiente de ensino e fora dele;
- Inclusão da temática étnico-racial no currículo e nas atividades pedagógicas;
- Realização de atividades pedagógicas interdisciplinares e multidisciplinares (projetos de leitura, debates, atividades culturais, oficinas, jogos, brincadeiras afrodescendentes) que favoreçam o respeito e a valorização das diferentes culturas, histórias e saberes dos povos negros, quilombolas, indígenas, ciganos;
- Revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, visando incluir propostas de enfrentamento e combate ao racismo, pertencimento identitário e fortalecimento étnico-racial.

A Secretaria de Educação, Tecnologia e Inovação de João Alfredo, pautada nos princípios da Lei nº 9.394/2006 (LDB), da Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História, Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo de Pernambuco, reafirma seu compromisso enfatizando neste protocolo os princípios de igualdade de direitos, dignidade humana, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades na educação básica.

6. ATRIBUIÇÕES

6.1 ESCOLA

Cumprir e divulgar este protocolo;
Promover ações educativas sobre diversidade e racismo;
Garantir acolhimento adequado às vítimas.

6.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Acompanhar a aplicação do protocolo;
Revisar periodicamente seus procedimentos;
Acompanhar os casos notificados;
Oferecer formação contínua aos professores;
Articular com outros órgãos da rede de proteção e justiça.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este protocolo entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Casos omissos serão avaliados pela Secretaria de Educação, em diálogo com os órgãos competentes.

8. REFERÊNCIAS

Base nacional Comum Curricular (BNCC). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bnc> Acesso em: 23 de julho 2025.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar.** São Paulo: Contexto, 2001.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Edição atualizada até outubro de 2017.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento Racial Crítico: através de narrativas autobiográficas com atividades reflexivas.** Ponta Grossa: estúdio Texto, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

LAURENTINO, Palloma Trindade. **Cartilha Antirracista.** Brasília, DF: ABPN, 2022.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na escola.** Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 1999.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

João Alfredo-PE, 17 de novembro de 2025.

JOSE ANTONIO
MARTINS DA
SILVA:19258429400

Assinado de forma digital
por JOSE ANTONIO MARTINS
DA SILVA:19258429400
Dados: 2025.11.17 12:08:10
-03'00'

José Antonio Martins da Silva
Prefeito